

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS FGBP

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2015

Administradora: Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia

Rua Ivonne Silveira, 213 – Doron
Salvador - Ba – CEP 41.194-015
Tel (71) 3103-1040/1271 fax (71) 3103-1017

1. Introdução

A criação do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP) foi autorizada pela Lei Estadual 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e alterações, que definiu que o Fundo teria como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Em 03 de junho de 2013, ocorreu a primeira Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o Estatuto e o Regulamento do Fundo, assim como estabeleceu o valor nominal das cotas e as condições para a integralização inicial dessas pelo Estado da Bahia. Em 14 de outubro, na segunda Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de outubro de 2014 foram aprovadas alterações no Estatuto e Regulamento do Fundo.

O presente relatório está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP em cumprimento à seção II, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não se aplica. Não foram realizadas novas operações após a integralização de 250 mil cotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo R\$ 250 milhões de reais, pelo Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013. Os recursos foram depositados na Caixa Econômica Federal. A aplicação financeira desses recursos e o rendimento encontram-se explicitados no item 5 deste relatório.

3. Obrigações contraídas no período

Não foram contraídas novas obrigações em 2015. Manteve-se apenas as obrigações contraídas com o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas nas condições transcritas a seguir:

A prestação de garantia pelo FGBP à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas compreende:

- a) O pagamento de contraprestações e acréscimos decorrentes de riscos assumidos pelo Estado, ou seja, riscos de demanda de passageiros e déficit do agente de liquidação. Esta parcela das garantias é de execução simples, ficando o FGBP exposto ao risco de 6 (seis) contraprestações mensais máximas, que totalizam um valor estimado de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais), base abril de 2013;

- b) As obrigações pecuniárias do Estado da Bahia com a CONCESSIONÁRIA, ou seja, os aportes que a CONCEDENTE se comprometeu no contrato e que se compõem de três parcelas: i) recursos do Governo Federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ii) recursos provenientes de saldo do convênio CBTU, no valor de R\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de reais); iii) e parcela residual, a ser realizada a partir de contratação de operação de financiamento, no valor R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);
- c) A garantia de indenizações, para o caso de o projeto ser iniciado e não concluído, restando ao poder público indenizar a CONCESSIONÁRIA.

O valor máximo das garantias observará o limite global estabelecido no Art. 1º da Lei Estadual nº 12.610, de 17 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

Transcreve-se, a seguir, as partes principais da Cláusula 29ª do Edital de Concessão Nº 01/2013, que dispõe sobre as garantias a serem prestadas pelo concedente:

“29.2.1 As obrigações pecuniárias do CONCEDENTE garantidas pelo FGBP são as seguintes: (i) as CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS; (ii) as parcelas acrescidas às CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS decorrentes dos riscos assumidos pelo CONCEDENTE, nos termos das cláusulas 25.4.6 e 25.4.7; (iii) o APORTE DE RECURSOS; e (iv) indenizações em geral devidas pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, sobretudo aquelas decorrentes de extinção antecipada do CONTRATO.

29.2.2 A garantia referida na subcláusula 29.2 será constituída pelo FGBP mediante caução em dinheiro em conta vinculada às obrigações acima referidas.

29.2.2.1 A garantia será constituída pelo período necessário à cobertura das obrigações previstas na subcláusula 29.2.1. e será composta pelo saldo mínimo indicado na subcláusula 29.2.2.2., que será reposto na hipótese de execução da garantia com recursos do FUNDESE, sendo que a não reposição por período superior a 6 (seis) meses poderá ensejar, desde que solicitada pela CONCESSIONÁRIA, a rescisão do CONTRATO nos termos da Cláusula 40ª.

29.2.2.2 O saldo mínimo para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses do início da IMPLANTAÇÃO é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), valor este que poderá ser reduzido para R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, permanecendo neste montante até o 42º (quadragésimo segundo) mês contado do início da IMPLANTAÇÃO, ou até o término da IMPLANTAÇÃO em caso de atraso imputável ao CONCEDENTE, o que ocorrer por último.

29.2.2.3 A partir do início da OPERAÇÃO PLENA DO SMSL, a garantia permanecerá vigente em valor correspondente a 6 (seis) parcelas de CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS MÁXIMAS.

29.2.3 O FGBP assumirá, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiador solidariamente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações mencionadas na subcláusula 29.2.1 (Obrigações Solidárias), que vigorará, de acordo com o disposto nesta Cláusula e no(s) contrato(s) de garantia a ser(em) celebrado(s) com a CONCESSIONÁRIA, a partir do início da vigência do CONTRATO, até a liquidação final, pelo CONCEDENTE, da última parcela da CONTRAPRESTAÇÃO EFETIVA, renunciando expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil.”

A operação acima foi aprovada pelo Conselho Consultivo do FGBP e pela Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, ambos reunidos em 14 de outubro de 2013.

4. Honra a garantias realizadas

- 4.1. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 19.741.272,68 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e um mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), em 21/08/2014, referente ao 1º Aporte. Este valor foi resarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 12 de março de 2015;
- 4.2. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 3.278.827,30 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos), em 29/10/2014, referente ao 2º Aporte. Este valor foi resarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 12 de março de 2015;
- 4.3. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 33.607.979,78 (trinta e três milhões, seiscentos e sete mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos,) em 02/01/2015, referente ao 4º Aporte. Este valor foi resarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 8 de julho de 2015.
- 4.4. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 69.475.993,75 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em 27/05/2015, referente ao 3º Aporte.

5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Principais movimentações:

Com a utilização de recursos do FGBP para honra do primeiro e segundo aportes em 2014 (totalizando 23 milhões) e do quarto aporte no início de 2015, no valor de R\$ 33,6 milhões, do Contrato de PPP do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, a relação Patrimônio Disponível/Garantias caiu para abaixo de 1, sendo necessária a recomposição do saldo mínimo do Fundo pelo Cotista.

Conforme previsto pela Lei 12.610, de 27 de dezembro de 2012 e alterações posteriores, como o Cotista não recompôs o saldo no prazo legal, em 11/02/2015 foi realizada a recomposição do saldo mínimo do FGBP utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE) através da transferência de R\$ 23,7 milhões, voltando, o FGBP, a apresentar saldo disponível de R\$ 250 milhões nesta data.

Em 12 de março de 2015, o Concedente (SEDUR) resarciu o Fundo com os valores honrados do primeiro e segundo aportes.

O estado da Bahia, como único Cotista do Fundo solicitou o resgate do valor não comprometido com garantias, de R\$ 26,7 milhões, ocorrido em 22 de abril de 2015.

Com a utilização de recursos do FGBP para honra do terceiro aporte, ocorrida em 27 de maio de 2015, no valor de R\$ 69,5 milhões, a relação Patrimônio Disponível/Garantias voltou ao patamar abaixo de 1.

Em 08 de julho de 2015, o Concedente (SEDUR) ressarciu o Fundo com os valores honrados do quarto aporte.

5.2. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas:

O valor integralizado em cotas do FGBP, no montante de 250 milhões de reais, referente ao aporte inicial, manteve-se aplicado no fundo próprio de renda fixa referenciado em LFT e NTN, enquanto que os rendimentos do mesmo foram resgatados mensalmente e aplicados em CDB, com rendimento de 100% do CDI/CTIP.

Considerando o patrimônio consolidado, principal e rendimentos das aplicações, bem como os resgates de cotas ocorridos, os pagamentos referentes à honra das garantias realizados, o ressarcimento destes pagamentos ocorridos no período, e a recomposição de saldo mínimo realizada utilizando recursos do FUNDESE, os recursos do FGBP perfazem um saldo total disponível, apurado em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 235,4 milhões, já descontada a taxa de administração da DESENBAHIA e outros encargos. Os rendimentos no semestre totalizaram R\$ 28,7 milhões. Estes e a rentabilidades apurados estão evidenciados nas Tabela 5.1 e 5.2 a seguir:

Tabelas 5.1 e 5.2 – Resumo financeiro 2015 (Regime de caixa)

Tabela 5.1 - 1º semestre 2015

MÊS REF	jan-15	fev-15	mar-15	abr-15	mai-15	jun-15
Saldo Inicial - R\$	257.196.899	225.591.572	251.130.249	276.819.218	252.533.342	185.379.848
Receita Apurada no Mês - R\$	2.075.303	1.945.391	2.727.231	2.533.342	2.398.500	1.964.998
Integraliz. Novas Cotas - R\$		23.659.000	-	-	-	-
Resgate de Cotas - R\$			-	26.702.980	-	-
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	72.650	62.259	58.362	81.817	76.000	71.955
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$	33.607.980	-	23.020.100	-	69.475.994	-
Custos de Auditoria - R\$	-	-	-	26.215	-	4.680
Outras Taxas - R\$ (*)	-	3.456	-	8.206	-	-
Subtotal (disponibilidade) - R\$	225.591.572	251.130.249	276.819.218	252.533.342	185.379.848	187.268.211
Direito a Receber - R\$	56.628.080	56.628.080	33.607.980	33.607.980	103.083.974	103.083.974
Saldo Final no Mês - R\$	282.219.652	307.758.329	310.427.198	286.141.322	288.463.822	290.352.185
Quantidade de Cotas	250.000.000	270.909.960	270.909.960	247.704.582	247.704.582	247.704.582
Valor da Cota - R\$	1,128878609	1,136017033	1,145868531	1,155171696	1,164547785	1,172171232
/Garantias	0,902	1,005	1,107	1,010	0,742	0,749
Rentabilidade no Mês	0,92%	0,82%	1,01%	0,94%	0,98%	1,06%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	99,58%	99,60%	99,78%	99,58%	99,48%	99,81%
Rentabilidade Acumulada no Ano	0,92%	1,74%	2,62%	3,76%	4,77%	5,89%
Rentab.S/CDI Cetip Acumulada ano	99,58%	99,59%	99,66%	99,63%	99,59%	99,63%

Tabela 5.2 - 2º semestre 2015

MÊS REF	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15
Saldo Inicial - R\$	187.268.211	223.295.720	225.682.131	228.091.786	230.524.686	232.863.985
Receita Apurada no Mês - R\$	2.483.159	2.465.587	2.488.302	2.512.230	2.419.347	2.694.437
Integraliz. Novas Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Resgate de Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	58.950	74.495	73.968	74.649	75.367	72.580
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$	33.607.980	-	-	-	-	-
Custos de Auditoria - R\$	4.680	4.681	4.681	4.681	4.681	4.681
Outras Taxas - R\$ (*)	-	-	-	-	-	61.272
Subtotal (disponibilidade) - R\$	223.295.720	225.682.131	228.091.786	230.524.686	232.863.985	235.419.890
Direito a Receber - R\$	69.475.994	69.475.994	69.475.994	69.475.994	69.475.994	69.475.994
Saldo Final no Mês - R\$	292.771.714	295.158.125	297.567.779	300.000.680	302.339.979	304.895.883
Quantidade de Cotas	247.704.582	247.704.582	247.704.582	247.704.582	247.704.582	247.704.582
Valor da Cota - R\$	1,181939032	1,191573135	1,201301071	1,211122853	1,220566762	1,230885119
/Garantias	0,893	0,903	0,912	0,922	1,164	1,177
Rentabilidade no Mês	1,17%	1,10%	1,10%	1,10%	1,05%	1,16%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	99,77%	99,73%	99,58%	99,46%	99,49%	99,69%
Rentabilidade Acumulada no Ano	7,13%	8,31%	9,50%	10,71%	11,87%	13,17%
Rentab.S/CDI Cetip Acumulada ano	99,65%	99,66%	99,65%	99,62%	99,61%	99,61%

A relação patrimônio disponível/garantias começa o ano menor que um devido ao pagamento do 4º aporte à CCR através dos recursos do FGBP, o que diminuiu o saldo disponível para menos que o mínimo. Em fevereiro, o FGBP foi recomposto em R\$ 23,6 milhões utilizando recursos do FUNDESE (a quantidade inicial de cotas passou de 250 milhões para 271 milhões), fazendo a relação patrimônio disponível/garantias voltar ao patamar de um. Continuou a crescer em março em função do pagamento da SEDUR de R\$ 23 milhões referentes ao 1º e 2º aportes honrados pelo fundo junto à CCR. Contudo, em abril volta a cair para próximo de um em função do resgate de cotas pelo governo do estado no valor de R\$ 26,7 milhões, o que também fez com que a quantidade de cotas diminuísse para cerca de 248 milhões. Em maio, o FGBP foi solicitado a honrar o 3º aporte à CCR, no valor de R\$ 69,5 milhões, levando a relação patrimônio disponível/garantias cair para 0,74. Nos meses seguintes sofreu elevação gradual em função dos retornos da aplicação mas ainda mantendo-se abaixo de 1 até outubro. Em novembro passou para 1,16 em função da diminuição do valor da garantia para R\$200 milhões, previsto contratualmente a partir daquele mês, fechando o ano em 1,18, conforme gráfico 5.1 a seguir:



Gráfico 5.1 – Relação Patrimônio/Garantia

O valor da cota manteve-se crescente uma vez que o patrimônio total do FGBP se sub-rogou no direito do parceiro privado a receber do concedente os valores honrados dos aportes, o que já ocorreu para o primeiro, segundo e quarto aportes. Considerando também os rendimentos auferidos, a cota fecha o ano valendo R\$ 1,23 (ver gráfico 5.2).

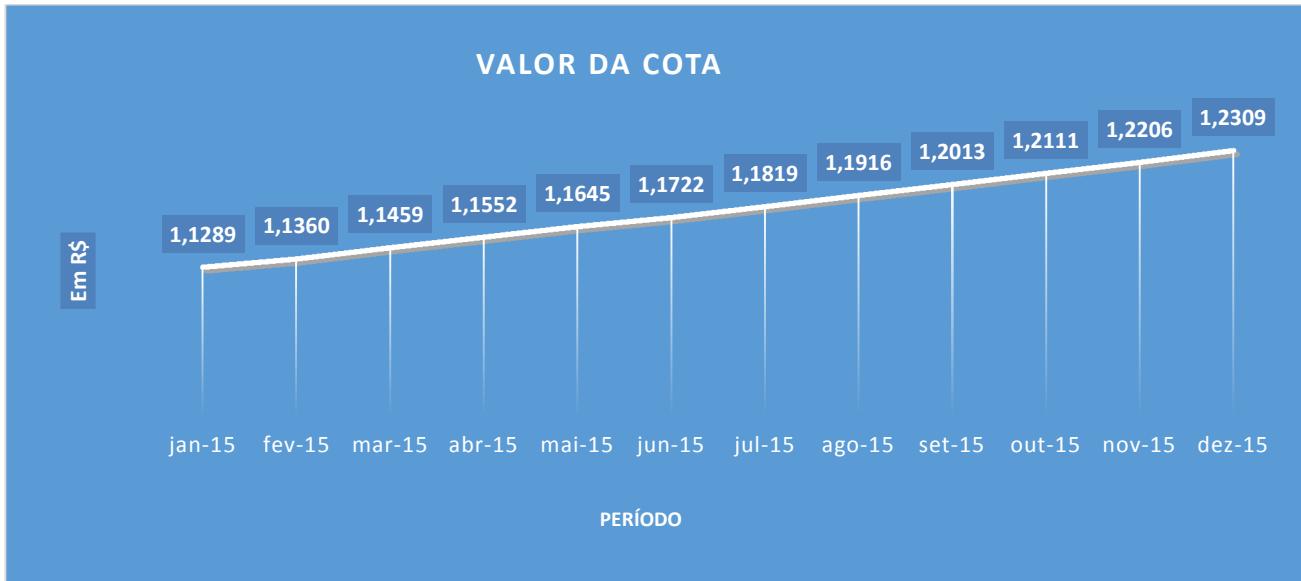


Gráfico 5.2 – Valor da Cota

Em relação à rentabilidade da carteira de aplicação do FGBP, os rendimentos em relação ao CDI mantiveram-se em torno de 99,6%, em função da *performance* dos papéis do Fundo de renda fixa (títulos públicos referenciados em LFT : FI FGBP RF CRED PRIV LP), acumulando uma rentabilidade no ano de 13,2%, conforme mostra o Gráfico 5.3 a seguir.

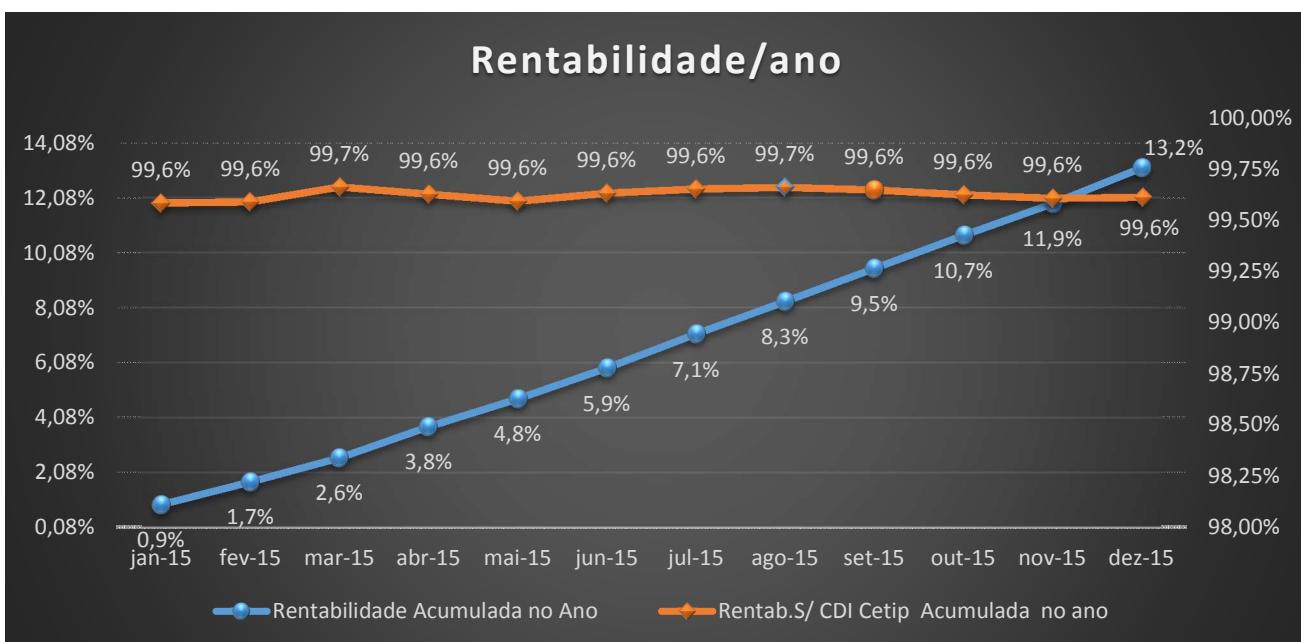


Gráfico 5.3 – Rentabilidade Acumulada

5.3. Encargos debitados ao FGBP

Os encargos e taxas debitados em 2015, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 985 mil (0,32% do patrimônio do fundo no final de 2015), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 853 mil reais, referem-se à taxa de administração da Desenbahia, correspondente a 3% dos rendimentos referentes ao período dezembro de 2014 a novembro de 2015, pagos em 2015;
- R\$ 59 mil referentes à custos com Auditoria pagos em 2015;
- R\$ 73 mil referentes às taxas pagas no período, como taxas municipais e cartorárias, bem como o valor de R\$ 61,3 mil, debitado em dezembro, referente ao custo de publicação do relatório de administração 2014, em cumprimento ao Regulamento do Fundo, Art 34.

Também foram debitadas despesas referentes às aplicações de renda fixa - (despesas de auditora, taxa de administração, despesas de taxas SELIC/CETIP, etc). Como essas despesas foram descontadas diretamente das receitas apuradas dessas aplicações, os valores informados se referem ao resultado líquido.

5.4. Valor de mercado dos bens e Direitos integrantes do patrimônio do FGBP

Não se aplica no período analisando.

6. Programa de Investimentos para o próximo período e perspectivas

Para o ano de 2016 não há perspectiva de realização de novos negócios, com o comprometimento com garantias de outros contratos de PPP. Caso se confirme o resarcimento ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em janeiro, de R\$ 69,5 milhões referente à honra do 3º Aporte, a disponibilidade do fundo girará em torno de R\$ 305 milhões, sendo que destes, R\$ 200 milhões estão garantindo o contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP
(Administrado pela Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.)
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parceria - FGBP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Salvador, 15 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
 Contador CRC BA-017826/O-4

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	235.420	257.197	Obrigações diversas	7	100	94
Outros créditos	6	<u>69.476</u>	<u>23.020</u>	Total do circulante		<u>100</u>	<u>94</u>
Total do circulante		<u>304.896</u>	<u>280.217</u>	Patrimônio líquido	8		
				Capital		246.956	250.000
				Reservas de lucro		<u>57.840</u>	<u>30.123</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>304.796</u>	<u>280.123</u>
Total do ativo		<u>304.896</u>	<u>280.217</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>304.896</u>	<u>280.217</u>

As notas explicativas são parte intregante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		28.708	26.316
Rendas com títulos e valores mobiliários	9	<u>28.708</u>	<u>26.316</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>28.708</u>	<u>26.316</u>
Outras despesas operacionais	9	(991)	(847)
Despesas administrativas		(117)	(48)
Despesas tributárias		(12)	(10)
Outras despesas operacionais		<u>(862)</u>	<u>(789)</u>
Resultado operacional		<u>27.717</u>	<u>25.469</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>27.717</u>	<u>25.469</u>
Resultado do exercício		<u>27.717</u>	<u>25.469</u>

As notas explicativas são parte intregante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		250.000	30.123	-	280.123
Resultado do exercício		-	-	27.717	27.717
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	8	23.659	-	-	23.659
Resgate de cotas	8	(26.703)	-	-	(26.703)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro	8	-	27.717	(27.717)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>246.956</u>	<u>57.840</u>	<u>-</u>	<u>304.796</u>
Mutações do exercício		<u>(3.044)</u>	<u>27.717</u>	<u>-</u>	<u>24.673</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014		250.000	4.654	-	254.654
Resultado do exercício		-	-	25.469	25.469
Destinação:					
Constituição de reservas de lucro	9	-	25.469	(25.469)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>250.000</u>	<u>30.123</u>	<u>-</u>	<u>280.123</u>
Mutações do período		<u>-</u>	<u>25.469</u>	<u>-</u>	<u>25.469</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	<u>27.717</u>	<u>25.469</u>
Variações patrimoniais		
Títulos e valores mobiliários	129.019	(252.379)
Outros créditos	(46.456)	(23.020)
Outras obrigações	<u>6</u>	<u>35</u>
Caixa líquido originado das (usado nas) atividades operacionais	<u>110.286</u>	<u>(249.895)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Subscrição de cotas	23.659	-
Resgate de cotas	<u>(26.703)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido (usado nas) atividades de financiamento	<u>(3.044)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	107.242	(249.895)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>4.818</u>	<u>254.713</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>112.060</u>	<u>4.818</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (“Fundo”) foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012. Seu estatuto e regulamento foram publicados no diário oficial do Estado da Bahia nos dias 27 de setembro e 1º de outubro de 2013, respectivamente.

O FGBP tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O FGBP é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação do estatuto em 27 de setembro de 2013 tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi designada administradora do FGBP mediante seu regulamento.

Política de investimentos

O FGBP tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor das mesmas.

A gestão do FGBP deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

De acordo com o regulamento do FGBP, o Fundo tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.. Assim sendo, as suas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 15 de abril de 2016.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do FGBP.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

- a.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.
- b.** A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece às normas e instruções do Banco Central do Brasil.
- c.** Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos.
- d.** Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável.
- e.** As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

- f. Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- g. Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos. Por exemplo, a União não pode cobrar impostos dos Estados e Municípios, sendo verdadeira a recíproca, nem os Estados nem os Municípios podem cobrar impostos da União nem uns dos outros. A imunidade recíproca protege o patrimônio, a renda e os serviços da União, dos Estados e dos Municípios, sendo extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que concerne ao patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Parte dos recursos do FGBP, classificado na rubrica “títulos e valores mobiliários”, está aplicado na Caixa Econômica Federal com liquidez diária, tendo a seguinte composição:

	2015	2014
Certificado de depósito bancário - CDB	-	4.818
Cotas de fundos de renda fixa (1)	<u>112.060</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>112.060</u>	<u>4.818</u>

(1) Apesar de o fundo ser exclusivo e possuir um patrimônio líquido de R\$ 235.420, apenas R\$ 112.060 representam equivalentes de caixa pois este é o lastro de ativos com vencimento no curto prazo, garantindo a liquidez de um eventual resgate de cotas (vide nota explicativa nº 5).

5. Títulos e valores mobiliários

O montante refere-se a aplicação no Fundo de Investimento Caixa FGBP Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, com uma rentabilidade no ano de 99,61% do CDI. Seus ativos estão aplicados em depósitos a prazo e outros títulos IF, títulos públicos e operações compromissadas. Este Fundo possui a seguinte composição por faixa de vencimento:

	Faixa de vencimento - 2015						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponibilidades	3	-	-	-	-	-	3
Operações compromissadas	103.660	-	-	-	-	-	103.660
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	8.432	44.591	-	-	36.190	89.213
Títulos públicos	-	-	-	-	-	42.579	42.579
Valores a pagar	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35)</u>
TOTAL	<u>103.628</u>	<u>8.432</u>	<u>44.591</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.769</u>	<u>235.420</u>

	Faixa de vencimento - 2014						Total 4
	Sem vencimento 4	Até 3 meses	à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponibilidades	4	-	-	-	-	-	
Operações compromissadas	-	-	-	-	41.768	91.958	133.726
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	45.992	-	46.545	92.537
Títulos públicos	-	-	-	-	-	26.149	26.149
Valores a pagar	(37)	-	-	-	-	-	(37)
TOTAL	(33)	-	-	45.992	41.768	164.652	252.379

Em 2014 havia ainda a aplicação na Caixa Econômica Federal em CDB, com liquidez diária e rentabilidade de 100% do CDI, sendo, R\$ 1.000 com vencimento em 11 de setembro de 2019, R\$ 1.790 com vencimento em 11 de outubro de 2019 e R\$ 2.028 com vencimento em 7 de novembro de 2019. Estes investimentos foram resgatados ao longo de 2015.

A movimentação das aplicações em títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	2015	2014
Saldo inicial das aplicações em 1º de janeiro	257.197	254.713
(+) Valores aplicados	86.103	23.736
(+) Apropriação de juros	28.708	26.316
(-) Valores resgatados	(136.588)	(47.568)
(=) Saldo final das aplicações em 31 de dezembro	235.420	257.197

6. Outros créditos

Em consonância com a finalidade que deu origem ao FGBP inerente a garantias prestadas para honrar obrigações pecuniárias do Governo do Estado em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, as referidas honras e resarcimentos tiveram o seguinte comportamento no exercício:

Saldo inicial das garantias honradas em 1º de janeiro de 2014	-
(+) Garantias honradas em agosto de 2015	19.741
(+) Garantias honradas em outubro de 2015	3.279
(=) Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2014	23.020
(+) Garantias honradas em janeiro de 2015	33.608
(-) Ressarcimento de garantias em março de 2015	(23.020)
(+) Garantias honradas em maio de 2015	69.476
(-) Ressarcimento de garantias em julho de 2015	(33.608)
(=) Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2015	69.476

7. Obrigações diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2015	2014
Taxa de administração (i)	81	72
Outras obrigações (ii)	19	22
TOTAL	100	94

- (i) Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o FGBP paga ao seu administrador (Desenbahia) pelos serviços de administração e gestão do Fundo uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013 ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.
- (ii) Valores inerentes aos serviços de auditoria independente, cujas notas fiscais ainda não foram faturadas, mas tiveram as despesas reconhecidas pelo regime de competência.

8. Patrimônio líquido

O capital social é constituído de 273.205 (250.000 em 31 de dezembro de 2014) cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. Ao longo do exercício de 2015 tivemos a seguinte movimentação, mediante subscrição de 270.910 cotas em 11 de fevereiro de 2015 e resgate de 247.705 cotas em 22 de abril de 2015:

	2015	2014		
	Capital social- R\$	Quantidade de cotas	Capital social- R\$	Quantidade de cotas
Saldo inicial em 1º janeiro	250.000	250.000	250.000	250.000
(+) Subscrição	23.659	270.910	-	-
(-) Resgate	(26.703)	(247.705)	-	-
(=) Saldo final em 31 de dezembro	<u>246.956</u>	<u>273.205</u>	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>

O FGBP não pagará rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

Com o objetivo de manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento, os administradores optaram por realizar a recomposição de suas cotas por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia e integralizaram o montante de R\$ 23.659, correspondente a 270.910 cotas.

9. Resultado

As receitas auferidas nos exercícios tiveram a seguinte composição:

	2015	2014
Rendas de títulos de renda fixa	345	827
Renda de cotas de fundo de renda fixa	<u>28.363</u>	<u>25.489</u>
TOTAL	28.708	26.316

As despesas incorridas no exercício tiveram a seguinte composição:

	2015	2014
Despesas com serviço técnico especializado (i)	(117)	(48)
Despesas tributárias (ii)	(12)	(10)
Despesas de administração de fundos (iii)	<u>(862)</u>	<u>(789)</u>
TOTAL	<u>(991)</u>	<u>(847)</u>

- (i) Além das despesas com auditoria, em 2015 houve despesa com publicação das demonstrações financeiras, juntamente com o relatório de administração, em jornal de grande circular.
- (ii) Taxas de viabilidade, fiscalização e localização pagas à Prefeitura Municipal de Salvador.
- (iii) Refere-se a valores pagos à administradora do FGBP, a Agência de Fomento do Estado da Bahia, decorrente da prestação dos serviços de administração.

10. Partes relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas seu cotista, demais órgãos vinculados ao estado da Bahia, e a Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

Ao longo do exercício, o Fundo teve como despesa de taxa de administração o valor de R\$ 861 (R\$ 789 em 2014), e findou o ano com uma obrigação de R\$ 81 (R\$ 72 em 2014), também inerente à taxa da administração.

Com o objetivo de manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento, os administradores optaram por realizar a recomposição de suas cotas por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia e integralizaram o montante de R\$ 23.659, correspondente a 270.910 cotas (ver nota explicativa nº 8).

A Administração do Fundo é exercida pela Desenbahia e seus administradores são remunerados diretamente por aquela Agência.

11. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2016 a SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano realizou o pagamento referente ao aporte nº 4 em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, no montante de R\$ 69.476.

* * *